

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



WALMYR GONÇALVES DA SILVA JÚNIOR

Saindo das Palafitas: Uma análise histórica do processo de urbanização da favela Marcílio Dias no Complexo da Maré

Monografia apresentada ao Departamento de História da PUC-Rio como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura em História.

**Orientador
Prof. Dr. Romulo Mattos**

**Rio de Janeiro - RJ
2016**

Aos meus pais Wamyr e Márcia (In memória)

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da minha vida e a Nossa Senhora Aparecida pela sua constante intercessão, a minha família pelo estímulo, apoio, confiança e correções, que no dia a dia me ajudaram a formar o homem que sou. Com isso, de forma carinhosa e especial agradeço a minha avó Maria Isabel, por toda vida dedicada à criação dos seus filhos, netos e agora bisnetos. A minha Madrinha Cleonice por todo amor materno que me foi dado, ao meu padrinho José Evanildo (Peba) por todo carinho e auxílio nas horas mais precisas. À minha Irmã, Isabela Cristina que com maestria se tornou referência acadêmica para mim e é meu grande orgulho e tesouro. Ao meu compadre Márcio que em meio a seu jeito peculiar é um irmão com quem posso contar. A Paloma e Letícia, que com a ternura infantil me impulsiona a ser mais humano, mais primo, mais padrinho.

Não posso deixar de agradecer a meus irmãos Cristiane e Carlos Eduardo, assim como meus respectivos sobrinhos: Diego, Cristine, Cristian, Guilherme, Tiago e Sofia (sobrinha neta). Aos meus Afilhados André, Juliana, Marcos, Karol, Aline e Riguel, Rafael e Paloma, por toda confiança dedicada a mim.

Na pessoa do tio Mauro e da tia Teresa saúdo todos os meus tios e tias. A meu primo e irmão Filipe, agradeço pelo companheirismo e a parceria, na sua pessoa saúdo a todos os meus primos e primas.

Agradeço aos amigos e amigas de fé, seja na Pastoral da Juventude, seja na Paróquia nossa Senhora Aparecida, que fecundaram meu coração e o inundaram com o amor de Deus. Jamais me esquecerei de agradecer a meus amigos Pe. Sebastião Joaquim, Pe. Aldo Souto, Pe. Márcio Queiroz, Pe. Abel SJ por toda amizade que me proporcionaram até aqui.

Quero agradecer também aos irmãos e irmãs do Coletivo Enegrecer, pois sem vocês minha vida, minha história, minha práxis não teria sentido. Na pessoa do meu irmão Tiago Alves saúdo todos os companheiros, e na pessoa da companheira Andreza Santos saúdo a todas as irmãs do Coletivo.

Agradeço ao movimento de juventude Kizomba, com quem passei toda a minha graduação militando, assim como a turma que compôs o coletivo Roda

Viva, com quem aprendi a militar nos anos a que me dediquei ao Movimento Estudantil da PUC-Rio.

Não menos importante agradeço na pessoa da Elaine aos amigos da Pastoral Universitária Anchieta, na qual me permitem sentir e saborear as melhores coisas do amar e servir.

Agradeço a Dona Creusa e Seu Vicente pelo apoio dado no início da minha trajetória.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro pela bolsa de estudos a mim concedida. Ao projeto FESP e a toda sua equipe por ter oferecido meios que possibilitaram a realização da minha graduação e de tantos outros que passaram por aqui.

A Romulo Mattos pela orientação desta monografia e a Rafael Soares Gonçalves, que me ajudou a desenvolver esta pesquisa. Aos demais professores, funcionários e amigos da graduação, mas, de forma particular, a Cleusa, Anair, Edna, Moisés e Claudio meu muito obrigado por toda compreensão e solidariedade.

A todos e todas, Muito Obrigado.

Resumo

Esse trabalho monográfico apresentado para obtenção do grau em Licenciatura em História desenvolve uma reflexão a partir da memória dos moradores da favela Marcílio Dias. Comunidade esta que faz parte do imaginário, da vida e da história dos moradores do conjunto de favelas da Maré, e que sofreu um processo de abandono histórico no âmbito das construções e narrativas da história das favelas cariocas. O objetivo deste trabalho é analisar a luta pelo direito à moradia dos moradores que foram beneficiados pelo Projeto Rio, política habitacional do Rio de Janeiro voltada para a urbanização das favelas em torno da Baía de Guanabara. Essa favela também será mostrada como um lugar de memória para os moradores envolvidos nas remoções de favelas na cidade.

Palavras-Chave:

Remoção, , Favela Marcílio Dias, Pastoral de Favelas.

SUMÁRIO

Introdução	07
Capítulo 1 - A Favela Marcílio Dias na história da Maré	16
1.2 Um personagem que entra em cena	18
1.3 Associação de Moradores e Pastoral de Favelas a serviço do povo	25
Capítulo 2 - Projeto Rio: Reconfigurando projetos de moradias	35
2.2 - Tensões, negociações e movimentações na favela	37
2.3 O Projeto João de Barro	41
Conclusão	44
Fontes e Bibliografias	46

Introdução:

Pode-se dizer que as favelas são parte do cenário fluminense e carioca que se caracterizam, desde as suas formações, por seus respectivos moradores: uma população historicamente em condições de vulnerabilidade social. Sendo assim, as favelas são frequentemente associadas à questão da pobreza, e muitas vezes não há nenhuma abordagem sobre suas definições e as respectivas histórias em torno das suas construções. Verifica-se também uma considerável ausência de distinção entre as diferentes comunidades que surgem nos territórios favelados. Esses, com suas especificidades, não condizem com a reprodução de uma verbalização de um padrão único de favela e de pobreza.

Neste trabalho dar-se-á ênfase a essas especificidades, pois é através delas que vamos delinear a história do Conjunto Marcílio Dias¹, conhecido como favela da Kelson's² no conjunto de favelas da Maré³. A relevância deste tipo de análise é embasada no fornecimento de um estudo acerca das particularidades encontradas nos relatos dos moradores mais antigos da favela, na militância da Pastoral de Favelas da Arquidiocese do Rio de Janeiro, assim como nos documentos encontrados na Associação de Moradores, que citam as mudanças do território a partir do programa de urbanização PROMORAR⁴, conhecido na cidade do Rio de Janeiro como Projeto Rio⁵.

¹ A Favela Marcílio Dias recebeu o homônimo por homenagem feita ao militar Marcílio Dias. Este foi um praça da Armada Imperial brasileira, que se destacou na Batalha Naval do Riachuelo, durante a Guerra da Tríplice Aliança. O complexo Naval que está intrínseco a história da Maré se localiza nas margens da Avenida Brasil dentre os bairros da Penha e Ramos. O militar Marcílio Dias foi um praça da Armada Imperial brasileira, que se destacou na Batalha Naval do Riachuelo, durante a Guerra da Tríplice Aliança.

² A fábrica de couro Kelson's data da década de 1940. Na década de 1950 passou a ser uma sociedade anônima. Sua instalação se envolve em toda a história da favela Marcílio Dias.

³ O bairro da Maré é fundado em 19 de janeiro de 1994 pelo Projeto de Lei Municipal nº 2119. A Maré é composta por 16 comunidades e conta com mais de 140 mil moradores distribuídos em pelo menos 40 mil domicílios sobre uma área de 4,3 quilômetros quadrados, o que representa uma densidade populacional por metro quadrado de 33,25 habitantes, uma das mais altas do Rio de Janeiro.

⁴ Em 26 de junho de 1979 nasce o Programa de Erradicação da Sub-habitação, o PROMORAR, resposta do governo militar de João Baptista Figueiredo a problemática habitacional. Seu objetivo era erradicar as subhabitações a partir de intervenções visando as melhorias dos núcleos habitacionais de favelas, sem implicar na remoção de moradores.

⁵ O Projeto Rio foi o nome dado a execução do programa PROMORAR no Rio de Janeiro a partir da 'exposição de motivos' assinada pelo Ministro do Interior Mário Andreazza. O Projeto do Ministério do Interior lançado em 1979, e executado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) tinha como um de seus objetivos o saneamento da orla da Baía de Guanabara ocupada por

Morros foram derrubados, mangues foram aterrados, rios canalizados e grandes extensões de aterros passaram a invadir o mar, alterando significativamente a topografia, o ecossistema e o acesso da população ao litoral suburbano dos bairros da Penha, Olaria Ramos e Bonsucesso ao mar da Baía de Guanabara.

Neste trabalho vamos abordar algumas especificidades deste território em destaque para exemplificar a sua importância na cidade do Rio de Janeiro. Ressaltar e enfatizar o protagonismo destes favelados que fizeram história ao lutar pelo seu direito a moradia é falar de novos personagens que entram em cena para garantir uma reforma urbana do seu território.

Sabemos que na história da urbanização da cidade do Rio de Janeiro muitas paisagens foram alteradas e ressignificadas. Porém um recorte territorial e histórico nos faz voltar nossos olhares para o impacto da urbanização da cidade no entorno da Baía de Guanabara e de seus protagonistas nessa história. Porém, ao nos depararmos com as narrativas subsequentes, veremos que foram esses novos personagens da disputa política que irão garantir a leitura temporal da conjuntura e garantir meios próprios de organização. “Atores sociais e interpretes, no calor da hora, se aperceberam que havia algo emergindo na história social do país, cujo significado, no entanto era difícil de ser imediatamente captado” (SADER,1988, p.26).

Sendo a história do que vamos chamar de “Conjunto de Favelas da Maré”⁶ rica em pequenos detalhes e micro histórias, muitas lutas em torno da defesa dos Direitos Humanos, em especial ao direito à moradia, nos leva a compreender a dinâmica de formação das favelas da Maré a partir do seu tempo histórico.

A Maré é situada em meio ao desenvolvimento urbano da região da Leopoldina⁷. A tendência que descentralizou as atividades industriais na cidade do Rio de Janeiro a partir de 1930 também foi influenciada pelo projeto

palafitas.

⁶ O IBGE, em seu último censo desmembrou as favelas que compõem a Maré e as contou separadamente. Contudo só a partir do censo de 2001, o IBGE considerou a Maré em seu conjunto, ou seja, analisaram as 16 favelas que a compõem.

⁷ A Leopoldina é a região mais antiga da Zona Norte e foi a primeira parte da cidade (fora do centro) a ser loteada ordenadamente por volta de 1850 e a primeira a receber água encanada e luz elétrica. A tradicional área é composta pelos bairros da Penha, Olaria, Ramos, Bonsucesso e suas adjacências.

urbanístico da cidade. Na direção da malha ferroviária, as fábricas e indústrias eram vistas para além de São Cristóvão, e geravam um fluxo migratório para os subúrbios. Os bairros da Penha, Olaria, Ramos e Bonsucesso passaram ser um estável local de moradia e de proximidade dos lugares que emergiam vagas e ofertas de trabalho.

Diferentemente dos indivíduos que detinham recursos financeiros para comprar as residências construídas pelo capital imobiliário na Leopoldina, restou aos pobres ocupar territórios não habitados, ou com baixa concentração imobiliária, ou até áreas impróprias à moradia, como os mangues e as áreas alagadiças do entorno da Baía de Guanabara.

Esse fenômeno se acelerou em 1940 com a construção da Variante de Acesso a Rio-Petrópolis⁸.

“Desse modo, a Avenida Brasil contribuiu para a ocupação e consolidação da Maré, pois, além de promover aterramentos e vias de acessos que foram pontos de partidas para muitas ocupações, atraiu muitas pessoas que trabalhavam na sua construção para o seu entorno. Afora isso, viabilizou novos postos de trabalho por, após sua inauguração em 1946, incentivar a instalação de muitos empreendimentos na região” (NOBREGA, BELFORT, RIBEIRO, 2012, p.82)

Antes de abordar os fatores que levantamos como essenciais para entender a ocupação da Maré é preciso entender o fenômeno das favelas no Rio de Janeiro e qual o contexto das remoções e habitações populares na formação da cidade. Pois, só é possível entender a história destes ambientes na perspectiva de seus moradores, “suas linguagens, pelos lugares onde se manifestavam, pelos valores que professavam, como indicadores da emergência de novas identidades coletivas” (SADER, 1988, p.27).

Além desta perspectiva, é necessário para este trabalho avaliar a forma com que o Estado passa a utilizar a moradia como fator de desenvolvimento econômico, removendo os moradores das favelas a partir de estruturas

⁸ Nome dado inicialmente a Avenida Brasil.

logísticas e desenvolvimentistas. No âmbito das relações sociais modernas, o valor de troca atribuído à moradia se sobrepõe ao valor de uso associado a esse bem (NOBREGA,BELFORT,RIBEIRO,2012,p.45).

É importante frisar que o Estado em nenhum momento histórico rotulou as favelas como solução de moradia e sim como problema urbano. Por isso a moradia passou a ser considerada como um fator importante para a formação ideológica e política do seu morador (GONÇALVES, 2013 p.125).

“Assim é que a “descoberta” do problema favela pelo poder público não surge de uma postulação de seus moradores, mas sim do incômodo que causava à urbanidade da cidade, o que explica o sentido do programa de construção dos parques proletários, que tem como finalidade, acima de tudo, resolver o problema das condições insalubres das franjas do centro da cidade”. (BURGOS, 1998 p.27).

As remoções na cidade do Rio de Janeiro foram realizadas a partir de alguns discursos. Historicamente percebe-se que, desde 1893, o discurso sanitarista foi utilizado pelo Estado para começar as remoções na cidade do Rio de Janeiro. O prefeito Barata Ribeiro, incorporou tal alegação para demolir o mais famoso cortiço da época, o Cabeça de Porco, dando sequência a outras remoções. Após as demolições dos cortiços, esses territórios serviram para atender o interesse do capital especulativo imobiliário (NOBREGA,BELFORT,RIBEIRO,2012).

A partir da década de 1940, é potencializada no debate sobre a cidade a noção das favelas como um problema social, econômico e principalmente urbanístico. Com o fim da Segunda Grande Guerra e a ascensão do Partido Comunista do Brasil houve simultaneamente o aumento da população favelada e da exigência de respostas efetivas por parte do poder público para solucionar estes dois problemas: as favelas e os comunistas.

Verifica-se que neste momento a legislação urbanística está pautada no código de obras da cidade, que se caracteriza como uma garantia legal para as remoções.

“O Código de Obras da cidade, de 1937, registra com precisão a situação marginal das favelas: por serem consideradas uma aberração, não podem constar no mapa oficial da cidade; por isso, o código de obras propõe sua eliminação, pelo que também tornava proibida a construção, de novas moradias, assim como a melhoria das existentes”(BURGOS, 1998, p.27).

O que o Estado não esperava é que essa possibilidade organizativa de residências pudesse unir os favelados de tal forma que os mesmos pudessem iniciar um processo de unidade em torno das pautas mais frágeis do seu cotidiano. Assim como as favelas ainda não removidas, os parques proletariados vivenciaram a experiência embrionária de organização. Fruto disso foram as organizações das comissões de moradores, onde se começaram a instituir agentes políticos mais atuantes, inicialmente no morro do pavão/pavãozinho e pouco depois nos morros do Cantagalo e da Babilônia (BURGOS, 1998 p. 29).

A vitória nas urnas conquistadas pelos comunistas em 1947 desencadeou uma ação mais direta das forças conservadoras. Com isso, governo e igreja se associaram para articular a criação de uma associação que corresponderia ao anseio do combate ao crescente vínculo dos comunistas nas favelas. O slogan “é preciso subir os morros antes que os comunistas desçam deles”⁹ ganhou uma dimensão mitológica que precisava servir de referência para a repressão.

“Foi instrumentalizando esse fantasma que a Arquidiocese do Rio de Janeiro e a Prefeitura da cidade negociaram a criação de uma instituição dedicada à “assistência material e moral dos habitantes dos morros e favelas do Rio de Janeiro.” Daí surgiu, ainda em 1946, a Fundação Leão XIII, que tinha por finalidade principal oferecer uma alternativa à pedagogia populista estado-novista” (BURGOS, 1998, p.29).

⁹ Citado em Sagmacs (Sociedade de Análise Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais), “Aspectos humanos Favela Carioca”, p.38.

A segunda resposta da Igreja Católica foi a criação da Cruzada São Sebastião¹⁰ em 1955, onde a Igreja aprofundava seu discurso religioso, buscando reunir a pedagogia cristã à urbanização das favelas. Indiretamente a Igreja passa a ter um papel mais político em defesa do direito à habitação, sendo um incomodo para as políticas remocionistas implementadas pela Serfha¹¹.

“Entre 1956 e 1960, a Cruzada realiza melhorias de serviços básicos em 12 favelas, executando 51 projetos de redes de luz, urbanizando parcialmente uma favela (Morro Azul) e completamente a favela Parque Alegria. Também constrói, no Leblon, o conjunto habitacional que ficaria conhecido como Cruzada, primeira experiência de alojamento de moradores nas proximidades da própria favela que habitavam” (VALLADARES, 1978, p.23).

Pode-se afirmar que a frágil paz social que existia entre a Igreja e o Estado não inibiu os conflitos e as tensões sociais, devido não só às divergências criadas pelo capital imobiliário em torno das ocupações, mas também da organização dos moradores das favelas. Assustados com o impacto da organização e mobilização dos favelados e das disputas que os mesmos travavam em seus territórios, consolidou-se um movimento antifavela. Iniciado por algumas figuras públicas. Para Waldir Meuren, Advogado da SERFHA, os poderes públicos deviam afrontar o problema:

“Dadas as suas características próprias, o único meio de moradia ao alcance das classes humildes, são o câncer que poderá fazer sucumbir toda a organização político-social do país. Na Capital da republica, centro político de maior relevância nacional, podem elas ser a causa direta de uma

¹⁰ A Cruzada São Sebastião foi uma iniciativa da Igreja católica, sob a liderança do arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro, dom Hélder Câmara. Criada em 1955, ela propunha a “urbanização” das favelas cariocas: no longo prazo, objetivava a construção de conjuntos habitacionais e buscava ações pontuais, edificando melhorias nas comunidades.

¹¹ O governo municipal cria o Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-higiênicas

convulsão revolucionária de princípios conhecidos, mas fins incalculáveis. Se o problema não for devidamente encarado pelas autoridades competentes, cedo não mais será possível evitar a eclosão das massas, à frente a multidão dos favelados.”¹²

A partir dos anos 1960 uma série de fatores políticos reconfiguraram os programas das políticas públicas de habitação. A Capital do Brasil é transferida para Brasília, Jânio Quadros renuncia, a revolução cubana entra em curso, João Goulart é derrubado pelos militares, e a política urbana sofre uma sequência de profundas mudanças. O Rio de Janeiro passa a ver fragilizada sua importância política tornando-se a Cidade/Estado da Guanabara (GONÇALVES, 2006 p.5)

Carlos Lacerda fora eleito como o primeiro governador do estado da Guanabara, e lançou o Programa de Remoção das Favelas, que tinha por essência remover as favelas e os favelados para conjuntos habitacionais, financiados pela USAID (United States Agency for International Development). A justificativa das remoções eram atender às demandas da população, porém, erradicar as favelas da Zona Sul alavancaria o crescimento econômico através da especulação imobiliária (DINIZ, BELFORT, RIBEIRO, 2012, p.75).

As lideranças comunitárias organizaram uma estrutura política, fazendo nascer a FAFEG (Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara). Logo se criou uma identidade baseada nas condições de habitação que vai incorporar um saldo político onde os moradores se viam integrados à vida da cidade (BURGOS, 1998, p.33). Em contraponto,

“a polarização entre o mundo da ordem e o lugar da desordem devolve a representação da favela aos termos da década de 40, da favela como o habitat de indivíduos pré-civilizados, e, por isso, não cabe mais o diálogo com suas entidades políticas: a discussão sobre o que fazer com as favelas torna-se impermeável à participação de seus moradores” (BURGOS,

¹² Artigo escrito na Revista Forense, em 1959, p.463 apud GONÇALVES, 2006 p. 5.

1998 p.35).

Sendo assim o governo do estado assina o Decreto nº 870 que determina o controle das associações de moradores pela Secretaria de Serviços Sociais, limitando a ação da recente organização dos moradores.

Também nos anos 1960, Negrão de Lima sucede a Carlos Lacerda no governo do Estado da Guanabara, e concede a criação da CODESCO,¹³ que funcionaria na tentativa da regulação fundiária dos moradores favelados. No entanto, essa investida foi esvaziada para a criação da Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Rio de Janeiro – CHISAN, que visava controlar os territórios favelados e possibilitar as favelas da metrópole através de uma política unificada para o Estado da Guanabara (DINIZ, BELFORT, RIBEIRO, 2012, p.76).

Foi nesse contexto da política remocionista que vimos surgir as favelas da Maré. As comunidades originárias¹⁴ foram paulatinamente ocupadas pelas remoções, pelo processo de industrialização da Leopoldina e também pelo fluxo migratório promovido pelo êxodo rural maciço que Rio de Janeiro e São Paulo vivenciaram no pós Segunda Guerra mundial. É nesta história que se insere o surgimento da favela Marcílio Dias.

No primeiro capítulo desta monografia traço o processo histórico que garante a ocupação da área litorânea da Penha, onde se localiza a favela Marcílio Dias. Concomitante a ele, analiso como a Pastoral de Favelas foi importante no processo de empoderamento político dos atores e atrizes que protagonizaram a luta pela moradia nos territórios alagadiços deste recorte territorial da Maré. Além disso, pretendo, a partir das entrevistas realizadas, descrever o papel político cumprido pelos moradores da favela e suas respectivas consequências.

No segundo capítulo pretendo descrever como foi o impacto das promoções das políticas públicas habitacionais a partir do Projeto Rio.

¹³ A criação da Companhia de Desenvolvimento de Comunidades foi uma iniciativa de um grupo de jovens arquitetos, planejadores, economistas e sociólogos do governo Negrão de Lima.

¹⁴ As nove comunidades originais da Maré são: Conjunto Marcílio Dias, Ramos, Parque Roquete Pinto, Parque União, Parque Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Maré, Baixa do Sapateiro e Morro do Timbáu, que se estendem, margeando a Baía de Guanabara, da Penha a Bonsucesso.

Entender a execução deste programa, nos faz perceber como os mecanismos de urbanização foram ressignificados pelos moradores da favela Marcílio Dias. Para entender as tensões, movimentações e interfaces do Projeto Rio, quero explicar a funcionalidade das experiências coletivas através do projeto João de Barro¹⁵.

As minhas conclusões apontam para o expressivo protagonismo dos moradores favelados na garantia de seus direitos habitacionais, mostrando que a favela não é um simples abrigo, mas uma parte da cidade que possibilita a integração nos modos de vida urbana.

¹⁵ João de barro – Programa Nacional de Autoconstrução - criado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento para estimular as iniciativas de construções de moradias em mutirão.

1. A favela Marcílio Dias na história da Maré

*“Todo dia o sol da manhã vem e lhes desafia
Traz do sonho pro mundo, quem já não o queria
Palafitas, trapiches, farrapos
Filhos da mesma agonia*

*E a cidade que tem braços abertos num cartão postal
Com os punhos fechados na vida real
Lhe nega oportunidades
Mostra a face dura do mal*

*Alagados, Trenchtown, Favela da Maré
A esperança não vem do mar
Nem das antenas de TV
A arte de viver da fé
Só não se sabe fé em quê
A arte de viver da fé
Só não se sabe fé em quê”*

(“Alagados”, Paralamas do Sucesso - Herbert Vianna)

Início este capítulo explicitando que Eder Sader nos mostra como os movimentos sociais, assim como os movimentos periféricos, produzem um sujeito diferente do moderno, na verdade revela um sujeito coletivo, cuja sua prática é o revés de uma lógica individualista. No prefácio de sua obra, referencia teórica para este trabalho, Marilena Chauí descreve:

“Que são as pequenas migalhas das pequenas vitórias das pequenas lutas? São a experiência que os excluídos adquirem de sua presença no campo social e político, de interesses e vontades, de direitos e práticas que vão formando uma história, pois seu conjunto lhes dá a dignidade de um acontecimento histórico” (SADER, 1988, p.12).

Queremos neste capítulo mostrar as facetas da diversidade desse território pouco historicizado para nos debruçar em uma micro-história que revelará uma nova maneira de ver esse recorte geográfico do litoral da Leopoldina.

O conjunto habitacional Marcílio Dias, que até a década de 1960 era

A partir da década de 1940 já se pode encontrar alguns fragmentos de moradias na praia das Moreninhas, pois este território fora inicialmente ocupado por pescadores que faziam da pesca a sua sobrevivência.

Não podemos afirmar porém, que a fundação da comunidade data de 1948¹⁹, mas tenho como objetivo futuro propiciar essa pesquisa em outro trabalho mais aprofundado. Podemos descrever que passar da década de 1940, migrantes vindo do nordeste e moradores de favelas removidas no entorno da Leopoldina começaram a ocupar as áreas alagadiças e estruturar residências de palafita sobre a água.

1.2 - Um personagem que entra em cena.

O depoimento de Dona Ramira Lima, uma das moradoras mais antigas da favela, ilustra bem essa perspectiva que quis elucidar anteriormente:

“da marinha ate aqui (determinado ponto atual da comunidade²⁰) era mar, mar fundo mesmo, entrava ate canoa na minha rua. Parava na frente da casa. A gente vivia em cima da água, a água passava por baixo da casa da gente. Nasci em Guarabira, me criei em capina grande, casei e vim para cá pra trabalhar, por lá era ruim.”²¹

Acesso em 30 de junho de 2016

¹⁹ O site Vozes da Comunidade afirma que a fundação data de 1948, porém não possui nenhum documento histórico que confirma essa documentação.

²⁰ Grifo nosso

²¹ Depoimento de Dona Ramira à pesquisa no dia 15/01/2015

Figura 2 – Fotografia da Favela Parque Maré – Conjunto de Favelas da Maré



Fonte: Página de Sandra de Souza no Flickr ²²

Pode-se afirmar que o fluxo migratório do Nordeste para o Rio de Janeiro foi fundamental para a formação da comunidade Marcílio Dias. O amplo acesso a vagas de trabalho e a fuga da fome foi um dos motivos para a vinda massiva dos nordestinos para a capital.

Dona Maria relata que foi a 11^a moradora, chegando em 1952 na comunidade. Tem uma memória que nos permite entrar no emaranhado das experiências empíricas na formação da comunidade. Ela traz relatos para este trabalho que nos permite analisar esse processo:

“a gente veio para aqui para a favela, quando eu cheguei aqui que eu vi aquelas carne seca deste tamanho assim pendurada ai eu disse ai meu Deus o povo daqui é tudo rico, eu passando fome lá, meu Deus do céu, eu pedia esmola em campina grande pra dar comida aos meus filhos pra não morrer de

²² Disponível em: https://www.flickr.com/photos/sandra_de_souza/5910332615 Acesso em 02 de julho de 2016

fome”²³

E continua:

“aonde eu chegava em uma casa eu pedia aquela esmola e dizia: a senhora tem uma roupinha pra mim lavar, eu sei passar, eu sei lavar, ai elas diziam não minha filha hoje não tem não, pode passa outro dia. Eu passei a semana todinha pedindo esmola para os meus filhos comer, ai eu falei vamos vender a casa e vamos embora para o rio”²⁴

Um fato curioso é que, segundo relatos dos moradores, à margem da Avenida Brasil existia um campo de futebol onde o clube da Associação Atlética Portuguesa treinava. Esse campo não foi enfatizado pelos entrevistados. Apenas Dona Maria cita “o campo da portuguesa”²⁵, como ponto de referencia para uma outra explicação.

A favela Marcilio Dias vai pouco a pouco se formando, e quanto mais pessoas descobriam o reduto dos pescadores da Praia da Moreninha, mais barraco de madeira era construído sobre as palafitas. Ao mesmo tempo que ocorria o processo migratório, as remoções ganhavam mais pujança.

Duas relevantes remoções aumentaram o fluxo de moradores na Marcilio dias. A primeira foi a destruição do porto de Maria Angu e da favela homônima que se localizava ao redor do porto. Esse porto se localizava onde é hoje o Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA),²⁶ na altura da Rua Pirangi, no bairro de Olaria e divisa com o bairro de Ramos.

O Senhor Severino, popularmente conhecido como Seu Dadá, foi um dos moradores que saíram da favela de Maria Angu e seguiram para a Marcílio Dias. Ele nos apresenta o seguinte depoimento:

²³ Depoimento de Dona Maria à pesquisa no dia 15/01/2015

²⁴ Ramira. *Op. Cit.*

²⁵ Ramira. *Op. Cit.*

²⁶ A Escola de Marinha Mercante do Lloyd foi extinta pela Lei nº 2801 de 18 de junho de 1956, que criou em seu lugar a Escola de Marinha Mercante do Ministério da Marinha, denominada Centro de Instrução Almirante Graça Aranha. O CIAGA foi edificado e instalado na Avenida Brasil 9.020.

“Viemos da Maria Angú pra cá. Maria Angú era em Ramos, ai a gente veio pra cá. A gente foi transferido de lá pra cá. Tatão, falecido Tatão. Bocarra, zé da jovem, só coroa. Era pescador lá. Era ali em Ramos, aonde é Marinha, a Colônia de pescador. Ali tinha uma favela. Era Maria Angu o nome. Ai vieram pra cá, ai veio crescendo aqui. Quando eu vim morar aqui, aonde era a Granoil²⁷, tinha uma prainha, ali era a praia dos crioulos”²⁸

A segunda Remoção foi de uma parcela de moradores de Jardim América, especificamente da Favela Furquim Mendes. O terreno ocupado pelos favelados tinha um proprietário, que reivindicou tal espaço e os moradores foram removidos, conforme conta dona Ramira. Quando perguntada sobre as remoções que formaram a Marcílio Dias, ela prontamente responde sobre a favela removida:

“Jardim América. Aquele lugar lá despejaram as pessoas, ai veio todo mundo parar aqui. Aí meu marido era presidente nesse tempo, ai ele ajudava, ele gostava de ajudar, a fazer um barraquinho pra um, um barraquinho para outro, todo mundo acomodado no seu canto”²⁹.

Esse mesmo relato é similar ao processo de remoção de outras favelas. Rafael Soares afirma que essas pressões são recorrentes nos processos de remoção dos favelados, ao afirmar a pressão imobiliária, como recorrente fator de processos judiciais, reivindicando o despejo dos favelados em áreas com pretensos proprietários. (GONÇALVES, 2013, p.152)

A memória das remoções está presente nas narrativas dos entrevistados da favela Marcilio Dias. “Uma memória dos tempos em que o Estado foi executor de uma política estigmatizante e segregacionista” (BRUM, 2012, p.186).

Com o aumento populacional da comunidade outras formas

²⁷ Granoil é uma transportadora de concreto que se localiza nas margens da Baía de Guanabara na altura do Mercado São Sebastião.

²⁸ Depoimento do Senhor Severino à pesquisa em 16/01/2015

²⁹ Ramira. *Op. Cit*

habitacionais foram sendo praticadas. Além das palafitas, a fábrica Kelson's construída na década de 1940 foi responsável pela construção das primeiras casas de madeira para os trabalhadores que eram empregados nas suas fileiras.

A fábrica de couro Kelson's foi um polo industrial que se mostrou de grande relevância para esta pesquisa. Além de servir de vagas de emprego para os moradores da favela, seus proprietários investiram em moradia para seus trabalhadores.

A Vila Kelson's foi fundada pela fábrica para garantir que seus operários permanecessem dentro do seu próprio trabalho. Essa empresa se localizava nas margens da Avenida Brasil, que estava no seu processo de construção em 1940 e teve a obra concluída em 1946. Esses barracos ficavam no terreno não alagado da empresa e, como segue a foto abaixo, localizamos postes de luz, demonstrando que essas residências já possuíam acesso a rede elétrica.

Figura 3 - Foto de filhos de operários da Vila Kelson's



Fonte: Site Vozes das Comunidades³⁰

Concomitante à formação da vila Kelson's e às palafitas na Praia da Moreninha, uma terceira favela se situava às margens da Avenida Brasil, na mesma altura da Marcílio Dias. Conhecida como João Cândido, essa favela foi totalmente removida em 1964 juntamente com um número significativo de palafitas na praia da Moreninha.

A fala de Sandra Cavalcante³¹ traz informações relevantes para esta pesquisa:

³⁰ Disponível em <http://www.vozdascomunidades.com.br/comunidades/favela-da-kelsons-1948/>
Acesso em 29 de junho de 2016

³¹ Sandra Cavalcante foi Secretária de Serviço Sociais do governador Carlos Lacerda.

“Removemos também a favela da Maré e a do João Cândido. Uma ficava em palafitas e outra em terreno seco. Não tínhamos condição de discriminar. Para os moradores dessas duas favelas, a solução foi excelente. Eles já moravam na Avenida Brasil. A área liberada com a saída deles pertencia à União. Eram terrenos da marinha. Foi uma dificuldade conseguir que o governo federal os entregasse ao Estado da Guanabara. Foi uma luta danada, mas acabamos conseguindo. Instalamos ali o Mercado São Sebastião, que deu emprego para aquela região toda, o que foi muito importante, uma fábrica de bolsas de couro, a Kelson's, e umas duas ou três empresas (FREIRE; OLIVEIRA, 2002, p. 83)”.

Alguns detalhes nessa fala da secretária são importantes para darmos continuidade a este trabalho. Primeiro o que vemos na descrição acima é um exemplo da invisibilidade que a favela Marcílio Dias vai sofrer. Pelos depoimentos de moradores, a favela João Candido de fato foi removida. Mas a favela da Moreninha permanece no seu local. Diferente do que o gráfico abaixo transcreve.

Figura 4 – Gráfico de controle das remoções

ANO	FAVELA	TIPO DE REMOÇÃO	Nº DE FAMÍLIAS ATINGIDAS	Nº ESTIMADO DE PESSOAS REMOVIDAS
1961	Vila da Penha	Parcial	180	900
1961	Bom Jesus	Total	510	2.250
1961	Álvaro Ramos	Total	25	125
1961	Ponta do Caju	Total	30	150
1961	CCPL	Total	118	590
1961	Timbó	Parcial	104	520
1961	Morro São Carlos	Parcial	253	1.265
1961	Avenida Brasil	Parcial	15	75
1961	Moreninha	Total	35	175
1961	Querosene	Parcial	210	1.050
1961	Morro dos Prazeres	Parcial	10	50
1964	Pasmado	Total	911	4.555
1964	Getúlio Vargas	Total	113	565
1964	Maria Angu	Total	460	2.300
1964	João Cândido	Total	665	3.325
1964	Maneta	Total	41	205
1964	Conjunto São José	Parcial	20	100
1964	Vila do Sase	Total	11	55
1964	Macedo Sobrinho	Parcial	14	70
1964	Del Castilho	Parcial	9	45
1964	Marquês de São Vicente	Parcial	32	160
1964	Ladeira dos Funcionários	Parcial	8	40
	Brás de Pina	Parcial	366	1830
	Turano	Parcial	34	170
	Rio Joana	Total	23	115
	Morro do Quietto	Parcial	46	230
	Praia do Pinto	Parcial	20	100
-1961, 1964	Esqueleto	Total	2027	10.135
	TOTAIS		6290	31150

Fonte: DA SILVA, Claudia Rose Ribeiro. *Maré: A invenção de um Bairro*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.³²

Segundo os depoimentos dos moradores, as palafitas da Moreninha permaneceram sobre as águas da baía de Guanabara até o início da década de 1980. Onde o então Projeto Rio passa a abrigar esse território pesquisado dentro do seu escopo.

Outro detalhe da fala de Sandra Cavalcante, citada acima, é a criação do Mercado São Sebastião³³. A implantação do aglomerado de empresas

³² Disponível em <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:CWU-UysnjeUJ:bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2122/CPDOC2006ClaudiaRoseRibeirodaSilva.pdf%3Fsequence%3D1+%&cd=6&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em 29 de junho de 2016

³³ O Mercado São Sebastião foi construído pela Cruzada São Sebastião para comportar a

beneficiou a formação da favela, sendo um espaço de acesso constante a vagas de emprego e renda. Neste próximo subitem, quero me ater em enfatizar a relação entre a Igreja e a política, pois foi a partir dessa relação que veremos a proximidade entre a pastoral de favelas e a associação de moradores da favela Marcílio Dias e seus respectivos impactos sociais.

1.3 Associação de Moradores e Pastoral de Favelas a serviço do povo

Já citei acima que a Cruzada São Sebastião foi uma iniciativa da Igreja católica, sob a liderança de Dom Helder, que gerou a promoção de embates com o Estado para garantir a permanência dos moradores favelados em seus territórios, porém, com a implantação de habitações que garantissem qualidade de vida para os mesmos. A Cruzada tinha o objetivo de por fim à ‘desordem urbana’.

O objetivo de Dom Helder era garantir qualidade de vida para os moradores para que eles pudessem superar os traumas e estigmas proporcionados pelo processo de favelização. Antes da década de 1940, “as favelas caíram definitivamente na ilegalidade e seus moradores, já associados aos estereótipos ‘vagabundo’ e ‘criminoso’, passaram também a ser relacionados com o de ‘não civilizado’ ou, como ainda hoje é veiculado no imaginário social, ‘mal-educado.” (DINIZ, BELFORT, RIBEIRO, 2012, p.63).

O Bispo auxiliar vai se inspirar nas encíclicas sociais *Rerum Novarum*, elaborada por Leão XIII, e pela *Quadragesimo Anno* do papa Pio XI para defender que cabe à Igreja ir em defesa da classe oprimida, a multidão desprotegida pelas corporações ausentes na vida do povo. É importante ressaltar que nota-se uma mudança no comportamento político de Dom Helder. Ao buscar apoio dos governantes para resolver os problemas sociais das favelas cariocas, Dom Helder afirma os valores éticos, humanos e cristãos no mundo após delinear uma pressuposta metáfora da favela para introduzir a significativa atuação da Igreja na luta pela moradia.³⁴

bolsa de Gêneros Alimentícios do Rio de Janeiro. Foi a obra que gerou recursos para a Cruzada São Sebastião iniciar as obras de urbanização de diversas favelas na cidade.

³⁴ Essa imagem seria reproduzida em muitas outras iniciativas inspiradas pelo Concílio Vaticano II. Contudo é após o Concílio, que esta referencia legitima a atuação da Igreja progressista, ressignificando a sua atuação, especificamente no Rio de Janeiro.

“Juscelino, a partir de acordos firmados com Dom Hélder Câmara, reforçou a atuação da Igreja Católica, através da Cruzada São Sebastião, concedendo a esta, por meio do Decreto nº 39.635 de 19/07/1956, publicado no Diário Oficial da União de 24/07/1956, o aforamento dos terrenos de marinha situados no litoral da Penha, e permitindo sua transferência para terceiros. Os recursos apurados com tais transferências poderiam ser utilizados para o saneamento da área, a construção de conjuntos residenciais, e o custeio de outras despesas necessárias “à urbanização e humanização das favelas do Rio de Janeiro” (DA SILVA, 2006, p.86).

A criação do Mercado São Sebastião servirá não apenas para gerar renda para a Cruzada São Sebastião. Após o ciclo de mudanças na área, o mercado vai garantir que, a partir do novo polo comercial, um número significativo de vagas no mercado de trabalho seja oferecido para os moradores das favelas do entorno, além de fornecer material para as construções na favela Marcílio Dias.

“Meu Marido ganhou um caminhão de madeira, dali do Mercado São Sebastião (...) meu marido entrou no trabalho daquele mesmo São Sebastião, trabalhou três anos, tava no alicerce, ele era pedreiro. Aí fizemos um barracão grande e ali ficamos toda vida e não saímos mais. Dali só saímos pra vir pra aqui. A minha casa era na Rua do Alpiste numero12 (...) Meus documentos são todos assinados na Rua do Alpiste.”³⁵

Os moradores da Marcílio Dias conseguiram suportar o processo de remoção até o final da década de 1970. Citamos acima um quadro explicativo que descreve as investidas remocionistas protagonizadas por Sandra Cavalcante, a serviço do governo Lacerda. Na descrição, Sandra deixa nítido o interesse de remover Marcílio Dias como um todo, mas pelo processo da luta

³⁵ *Maria. Op. Cit.*

pela moradia os moradores resistiram, passando por todo processo de vulnerabilidade social, sem direitos, mas jamais sem história.

No que diz respeito às condições da habitação nas palafitas, vemos que todas são insalubres. O esgoto era diretamente jogado na Baía de Guanabara. Para se locomover entre as palafitas era um constante risco. Acidentes frequentemente aconteciam. Muitas famílias precisavam passar por pontes não muito seguras para chegar ao local da ‘bica’ para levar água potável para dentro do de casa.

Dona Normanda, comerciante local e esposa do Senhor Antônio,³⁶ conta uma fatalidade que aconteceu:

“as palafitas eram tão altas que uma vez eu cai, meu chinelo escorregou na ponte , eu num tive altura pra pegar na ponte (...) A sorte é que a maré estava seca, estava vazia. Eu lembro que a Dona finada Estela... estava eu e ela pegando água. Ela deitou na ponte e se pendurou todinha pra alcançar a minha mão, pra eu subir, porque Antônio trabalhava de noite. Ele nem queria que eu pegasse água, mas a dona Ilza é quem botava água pra gente num ‘rola’”³⁷

Figura 5 – Fotografia da Baixa do Sapateiro para exemplificar a circunstancia acima citada.

³⁶ Antônio de Oliveira foi da terceira geração da diretoria da associação de Moradores da favela Marcilio Dias. Ocupou cargo de Vice-Presidente e era membro da Pastoral de Favelas da Arquidiocese do Rio de Janeiro

³⁷ Depoimento da Dona Normanda à pesquisa em 16/01/2015



Fonte: Blog Muda Maré ³⁸

Em outro trecho do depoimento, Dona Normanda compartilha o conhecimento acerca do acesso à água na favela.

“Tinha uma bica d'água na ponte e outra naquele beco ali. A gente pegava os baldes e ia rolando (...) tinha uma biquinha que era perto do barraco do Seu Chico “Sotera”³⁹. Tarde da noite ela começava a cair água. Fazia fila pra pegar água. A gente ficava até quase amanhecer o dia pra conseguir.” ⁴⁰

Era preciso resistir para não perder o seu direito à habitação. Foi entre essas lutas que descobriram a necessidade de se organizar politicamente. Dona Ramira nos presenteou com o seu depoimento falando da organização

³⁸ Disponível em: <http://mudamare.blogspot.com.br/2013/03/o-que-mare-tem-ver-com-o-manguezal.html> Acesso em 01 de julho de 2016

³⁹ Chico Sotera (in memória) é um dos primeiros moradores das palafitas da Marcilio Dias. Após ser beneficiado pela fábrica Kelson, recebeu um barraco de madeira que tinha água e luz. Seu ponto de água era compartilhado com os moradores que não tinham água potável, como no caso da Dona Normanda ora explicitado.

⁴⁰ Normanda. *Op. Cit.*

das palafitas, das quais seu marido era um dos construtores. Cabe ressaltar que Seu Sebastião foi o segundo presidente da associação de moradores, como ela bem nos fala: “Zé Canuto era o primeiro presidente dessa favela, depois foi meu marido, João Teodoro de Oliveira, mas chamávamos ele de Sebastião, mas o nome próprio dele era este João Teodoro de Oliveira”.⁴¹ O centro Social Marcílio Dias data de 06 de março de 1966, sendo considerado de utilidade pública pela lei 1113 de 04 de novembro de 1966, de acordo com o Diário Oficial de 04 de novembro de 1966.

A luta da favela Marcílio Dias ganhou visibilidade quando os moradores das palafitas começaram a ser prejudicados pela instalação de um estaleiro Estatal ao fundo do Mercado São Sebastião. Apesar da distância geográfica da Marcílio Dias para o restante do conjunto de favelas da Maré, é a partir do periódico comunitário “União da Maré”⁴² que a concepção de favela integrada começa a ganhar as narrativas das disputas políticas. Na edição de novembro de 1981, foi anunciada a entrada da favela Marcílio Dias, fechando o quadro da área de entrega e circulação do jornal e que, futuramente, seria referência para a constituição do bairro da Maré.

Segundo Claudia da Silva, a favela Marcílio Dias foi incluída no jornal a partir da luta que travava com o Estaleiro Engenharia & Máquinas S.A., mais conhecido como EMAQ, que iniciou um processo de aterramento da área alagada para preservar sua saída para o mar e a ampliação do espaço do estaleiro.

“A comunidade de Marcílio Dias, que começa a escrever no próximo número deste jornal, está localizada atrás da Kelson’s. A maioria dos seus moradores são pescadores. Houve tempos em que o pessoal pescava de dentro de casa. Atualmente a comunidade está dentro de um buraco. O estaleiro Emaq adquiriu uma grande área que pega toda a extensão da favela e vai até o mar. Esta área foi aterrada a uma altura tal, que

⁴¹ Ramira. *Op. Cit.*

⁴² União da Maré foi o primeiro instrumento de comunicação dos moradores a trabalhar a concepção de um bairro a partir das localidades da área da Maré. Dessa forma, o jornal utilizava como símbolo o desenho de uma flor, onde cada pétala representava uma localidade: Parque União, Baixa, Timbau, Parque Maré, Nova Holanda, Rubens Vaz e Roquete Pinto. O jornal União da Maré, foi fundado por moradores e lideranças da época do Projeto Rio.

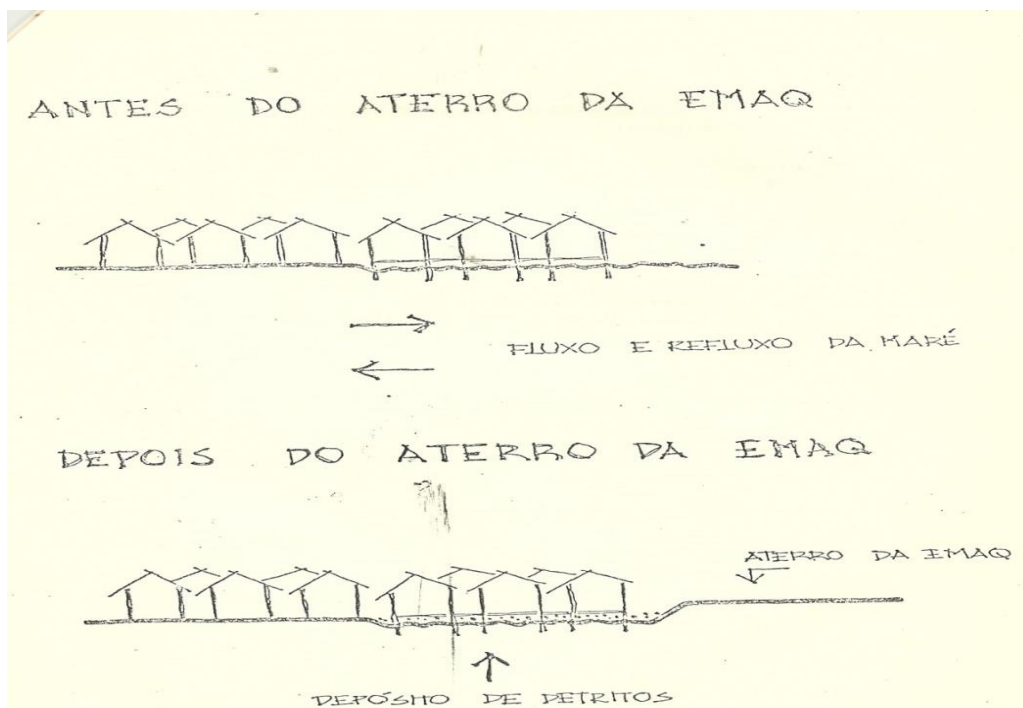
ficou na altura das cumieiras das casas. Isto faz lembrar o “Gueto de Varsóvia”, quando Hitler mandou cortar o esgoto e a água para perseguir os judeus. Este aterro é para ser vendido a indústrias. Já possui rede de esgoto e água. Acontece que a Emaq quis continuar o aterro. Os moradores se uniram e conseguiram uma liminar do Juiz. Em represália a Emaq colocou policiais armados e uma grossa corrente fechando o acesso a caminhões de aterro que os moradores conseguiam para aterrar seus barracos. Com o aterro da Emaq o esgoto da comunidade ficou prejudicado, sem caimento. A água é extremamente precária e até hoje esperam as promessas da Cedae. Tudo indica que o aterro da Emaq faz parte de um plano muito bem montado para liquidar com a comunidade. Aí está o desafio que os moradores têm pela frente, e que certamente contarão com a solidariedade de todos nós [...]” (UNIÃO DA MARÉ, 1981, p. 6)

Com o aterro da Emaq, a favela teve seu acesso ao mar bloqueado, o que mudou diretamente o acesso da comunidade ao mar. Os pescadores foram prejudicados, transferindo suas atividades para locais mais distantes. O fluxo e refluxo da maré, que servia de sumidouro natural do esgoto da favela, foi bloqueado, proporcionando problemas sanitários de acúmulo de dejetos e lixo.⁴³

Vemos abaixo um exemplo retirado do caderno 00195 de 1982 da associação de Moradores da Marcílio Dias. O desenho feito à mão está dentro do relatório apresentado pelos moradores para que a favela fosse anexada ao escopo do Projeto Rio.

Figura 6 – Situação da favela após aterro da Emaq

⁴³ Caderno 00195 – Centro Comunitário Marcílio Dias



Fonte: Caderno 000195 – Centro Comunitário Marcílio Dias

A partir do documento 000195 da Associação de moradores, podemos perceber que uma ação judicial interceptou a obra, como também é descrito no Jornal União da Maré. Essa ação foi fruto das primeiras parcerias entre o núcleo de advogados da Pastoral de Favelas com os moradores da Marcílio Dias.

Fragilizados, “nessa representação, a luta social aparece sob forma de pequenos movimentos que, num dado momento, convergem fazendo emergir um sujeito coletivo com visibilidade pública.” (SADER,1988, p.29) Nesse Contexto a proximidade com a Pastoral de Favelas permite que um processo de empoderamento político, atrelado a participação da comunidade, produza uma resposta para sanar o problema com a EMAQ.

O recado era só um: organizar-se para garantir direitos:

“Aí a nossa atitude quando o estaleiro começou a aterrar. Foi aonde a gente se manifestou, porque estava nos sufocando com o aterro. A água estava invadindo até as moradias das pessoas. Aí foi aonde a gente se manifestou e procuramos os nossos direitos e graças a Deus conseguimos fazer esse

conjunto.”⁴⁴

A história da Marcílio dias tem relação com certos momentos importantes da história da Pastoral de Favelas. Mesmo sabendo que a Pastoral se destaca no processo histórico na favela do Vidigal, quero enfatizar que um dos protagonismos pastorais realizados pela Arquidiocese do Rio de Janeiro, em defesa da dignidade da pessoa humana e pela luta pelo direito à habitação, foi a permanência e urbanização da favela Marcilio Dias.

Esta luta no Vidigal é considerada uma espécie de marco inicial da Pastoral, que sobrevive como voz dos movimentos comunitários, reprimidos durante a ditadura militar, no período de redemocratização e abertura política no fim dos anos 1970 (BRUM, 2005). Já a Marcilio Dias é um marco do sucesso e relevância do trabalho que a Pastoral se predispôs cumprir.

Em depoimento para este trabalho, Pe. Luiz Antônio explica a fundação da Pastoral de Favelas:

“Quando aconteceu a ameaça de despejo lá no Vidigal em 1977 os moradores foram atrás do Pe. Ítalo, o Pe. Túlio já fazia um trabalho lá no Morro dos Cabritos, que era urbanização, saneamento básico, com as pessoas da paróquia que moravam ali no posto 3, a igreja Santa Cruz fica no posto 3 e como os arquitetos, engenheiros e advogados estavam fazendo trabalhos de mutirões no Morro dos Cabritos com a população (...) o pessoal do Vidigal pede para ir, ele vai pedir o Dom Eugênio ajuda, e entra Dom Eugênio com Sobral Pinto, grande jurista da época, Bento Rubião também grande jurista, uma referência na sociedade carioca, para defender as pessoas que estavam ameaçada no Vidigal. A partir daí Dom Eugênio começou a pedir que esses padre se juntassem e criassem a pastoral de favela”⁴⁵

Ao mesmo tempo em que Dom Helder Câmara se referencia nas

⁴⁴ Severino. *Op. Cit.*

⁴⁵ Depoimento do Pe. Luiz Antônio à pesquisa em 17/01/2015

encíclicas sociais para a execução inicial do seu trabalho pastoral e tem um despertar para o povo no pós Concílio Vaticano II, a Pastoral de Favelas vai buscar seu lugar teológico na opção radical pelos pobres, nos documentos produzidos pelas conferencias episcopais latino-americanas de Puebla e Medellin.

A Pastoral de Favelas encarna esse momento da Igreja, diferenciando-se das práticas anteriores, que mantinha relações associativas com o Estado e se torna um personagem da luta social: “o movimento vai tecendo uma ligação entre o mundo cotidiano e o mundo da política”. (SADER, 1988, p.125).

Vejamos. A Igreja leva o Papa João Paulo II na favela do Vidigal em 2 de julho de 1980, e garante através de um recurso midiático a consolidação das lutas dos moradores, possibilitando afirmar que não haveria mais remoção. O relato do Padre Luiz Antônio relata bem essa ideia:

“Vidigal viveu esse período de 1977 a 1980 sempre com ameaças e quando surgiu a possibilidade de o Papa ir para uma favela a Pastoral de Favelas logo interveio e disse: vai ser o Vidigal, já existia a favela, o povo já morava lá a muito tempo. Houve uma estratégia, houve uma política, quem é que iria tirar uma favela onde o Papa celebrou a missa no Brasil? Ai nós decidimos. Dom Eugênio aceitou para acabar com essa historia de querer tirar o Vidigal de lá.”⁴⁶

Queremos ressaltar que esse papel da Igreja foi também muito significativo no processo histórico da favela Marcílio Dias. Quando anteriormente falava que a história dessa favela se mistura com a história da Pastoral, queria afirmar que sem a Pastoral provavelmente a favela não teria conseguido permanecer em seu lugar de memória e de história.

A Igreja passou a ser o equilíbrio na favela Marcílio Dias, podemos observar essa especificidade pelo seguinte trecho narrado pelo Pe Luiz Antônio: “quando as quando as coisas ficavam complicadas a gente pedia para Dom Eugênio da um pulinho lá, celebrar uma missa campal, alguma coisa, e

⁴⁶ Pe. Luiz. *Op. Cit.*

ele dizia: ‘vamos continuar, falta pouco e as coisas acabam acontecendo’”.⁴⁷

Uma estratégia marcante na história da favela foi a vinda de Madre Tereza de Calcutá na Marcílio Dias. A freira com sua devoção incansável aos pobres recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1979. Em 26 de setembro de 1982, Madre Tereza visita e escolhe a favela Marcílio Dias como área de missão de sua congregação.

Figura 7 – Madre Tereza Caminhando nas Ruas da Favela Marcilio Dias



Fonte: Agencia O Globo⁴⁸

O que nos faz adentrar no próximo capítulo é o impacto deste acontecimento histórico. Haja vista que, assim como no Vidigal, a Igreja de forma também estratégica leva Madre Tereza para uma favela que sofria impactos ambientais e estava sofrendo risco de remoções. A pergunta que fica é a mesma exposta pelo Padre Antônio, citada acima. Quem vai remover uma favela que a Madre Tereza, Nobel da Paz, visitou?

⁴⁷ Pe. Luiz. *Op. Cit.*

⁴⁸ Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/madre-teresa-ganha-nobel-da-paz-10148848> Acesso em 28 de junho de 2016 – Athayde dos Santos 26/09/1982

2. Projeto Rio: reconfigurando programas de moradias

Podemos afirmar que a política de habitação popular do Rio de Janeiro é influenciada pelo propósito higienista e sanitaria da primeiras remoções na cidade, associada aos investimentos do capital imobiliário especulativo que sempre se beneficiou das remoções das favelas cariocas. A partir de meados da década de 1970, o governo federal assumiu uma postura de autocrítica quanto à política coercitiva das remoções, e substituiu sua práxis pela criação de um programa que fosse diferente do que fora proposto como política habitacional (GONÇALVES, 2006).

Havia um consenso de que o modelo praticado pelos militares estava em crise, haja vista os recorrentes questionamentos sobre o perfil de intervenção do Estado na esfera da habitação. A partir de 1974, a funcionalidade das políticas habitacionais passou a ser de responsabilidade do Conselho de Desenvolvimento Social, que instaurou uma sequência de programas, dentre eles o PROFILURB⁴⁹, o FICAM⁵⁰, o PROMORAR e o PROJETO JOÃO DE BARRO⁵¹.

O Projeto Rio serviu como plataforma para se executar a política do PROMORAR, incidindo diretamente nas favelas que estavam nas margens da Baía de Guanabara.

“O Projeto Rio, extremamente midiaticizado, almejava reconquistar o apoio dos favelados ao Regime Militar, que sofria enormes críticas quanto à sua política social, assim como atender às expectativas eleitoreiras do Ministro do Interior Mário Andreazza. Além da urbanização da favela e erradicação das palafitas, dividiu o terreno da favela em vários condomínios ‘horizontais’, agrupando cada condomínio em um grupo de

⁴⁹ O Programa de financiamento de lotes urbanos foi instituído pela RC 37/75, em 1975, e buscava a regulamentação fundiária das favelas e o financiamento das casas populares construídas pelo governo através das COhABs.

⁵⁰ O Financiamento de Construção, Conclusão ou Melhoria da Habitação de Interesse Social - FICAM, foi instituído em 1977. Buscava consolidar a autoconstrução a partir do financiamento individual de materiais de construção.

⁵¹ Programa Nacional de Autoconstrução - Projeto João de Barro, instituído em abril de 1984 (RC 05/84) representa a consolidação de um programa de autoconstrução em geral por se destinar a núcleos urbanos de pequeno porte.

casas de maneira a facilitar os tortuosos e burocráticos procedimentos de regularização fundiária” (GONÇALVES, 2006, p.12).

Vou me ater à implantação do Projeto Rio e do Programa João de Barro na favela Marcílio Dias. Porém é importante ressaltar que até 1982 a favela em questão não estava em processo de assistência da execução do projeto. Veremos abaixo uma carta de reclamação emitida pela associação de moradores, em reunião com órgãos representativo do MINTER (Ministério do Interior), que evidenciam essa questão.

A articulação institucional do projeto teve início em maio de 1979 e se efetivou como política do MINTER. O Plano de urbanização da Maré possuía duas fases: o detalhamento da área prioritária e o plano geral de ocupação. Seu caráter era contundentemente participativo. Para sua execução, um grupo de trabalho operacional foi montado, como vemos na seguinte descrição:

“Participaram o representante do Departamento Nacional de Obras Saneamentos – DNOS, da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro, das Secretarias Municipais de Planejamentos e de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura do Rio de Janeiro, da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUDREM) e do Banco Nacional de Habitação (BNH), resolveu-se criar um grupo de trabalho específico e permanente para elaborar a política de desenvolvimento urbano e do uso do solo da região” (POGGIESE, 1980, p.2).

Cada órgão prescrito acima tinha sua funcionalidade prescrita no desenvolvimento do programa. O BNH participava financiando as obras e o DNOS as executava, fazendo todo processo de dragagem e aterramento da zona litorânea. A FUDREM articulou o desenvolvimento urbano, enquanto a empresa ENGEVIX S.A.⁵² elaborou o projeto urbanístico, após vencer o

⁵² A ENGEVIX é empresa de consultoria selecionada pela FUNDREM para fazer o Plano Geral de Ocupação da área no projeto Rio que vai da ponta do Caju, em São Cristóvão, até o Rio

processo de licitação (POGGIESE, 1980).

Cabe citar que a experiência do Projeto Rio não regularizou a questão fundiária das favelas, a burocracia dos cartórios nunca possibilitou que o favelado registrasse em seu nome a moradia conquistada. Porém, essa não era a prioridade das reivindicações dos favelados, o que eles queriam era permanecer no seu território e se ver longe do medo das remoções.

Apesar de o Governo Brizola iniciar um programa de regulamentação fundiária (CFUL – Cada Família um Lote) que visava regularizar 400.000 imóveis situados em favelas, suas expectativas não foram cumpridas e nem executada. Segundo Rafael S Gonçalves, somente 16.000 títulos de propriedades foram entregues (GONÇALVES, 2006, p.14).

Para adentrar as experiências dos moradores da favela Marcílio Dias, a partir do Projetos Rio e João de Barro, é preciso analisar quais eram os objetivos discriminados pelo GT (Grupo de Trabalho) acerca da funcionalidade do Programa.

Como

“Os Objetivos do Projeto Rio são, sinteticamente, os seguintes: recuperar as áreas alagadas e contaminadas da Baía de Guanabara; ganhar terrenos ao mar; destinar esses terrenos à construção de habitações populares; transferir indústrias contaminantes ou não compatíveis com a região; melhorar a qualidade ambiental; manter e consolidar a ocupação residencial atual e urbanizar as favelas localizadas na região do Projeto” (POGGIESE, 1980, p.5).

2.2 - Tensões, negociações e movimentações na favela

Não podemos esquecer que o território pesquisado é marcado pelo abandono e esquecimento por parte das políticas públicas. Ou melhor, a política pública que chegava trazia consigo a perseguição, o medo e a remoção. Faço lembrar que a favela de palafita da Praia da Moreninha sofreu um processo parcial de remoção. Entretanto, os moradores da favela João

Cândido sofreram as consequências da total remoção dos seus barracos.

As favelas são carregadas dos estigmas sociais e da marginalização do seu território até os dias atuais. Livrar-se das favelas era uma pretensão do Estado. Porém o caso de Marcílio Dias virou uma pedra no sapato das autoridades.

Não bastava os moradores terem conseguido permanecer no território após a remoção de algumas palafitas da Praia das Moreninhas. Com apoio da Igreja, eles conseguiram levar para a favela a vencedora do prêmio Nobel da Paz, Madre Tereza de Calcutá. Veremos agora que os moradores queriam não só permanecer, como queriam a urbanização do seu território.

Veremos a seguir um trecho reivindicatório intitulado “Proposta”, que foi entregue ao Grupo de Trabalho comandado pelo Ministro Mário Andreazza.⁵³

“Proposta

A preocupação maior da população é a de não ser transferida para a área distante do seu local de trabalho, uma vez que a maioria dos moradores, quando não são pescadores, são empregados da Kelson’s e do conjunto do Mercado São Sebastião. Essa preocupação faz sentido, já que, sendo a renda média da população bastante baixa, os gastos em transporte são significativos.

A proposta inicial seria a urbanização da favela. Essa solução implicaria, porém, nas seguintes desvantagens: a área correspondente a favela não comportaria os lotes devidamente distribuídos e equipamentos comunitários; o nivelamento do terreno, e todas as obras de infraestrutura, implicariam no remanejamento provisório de praticamente toda a população; essa obra resultaria num empreendimento por demais dispendioso.

A proposta da comunidade seria a transferência da favela para a faixa de aterro adjacente, junto ao mar (vide mapa explicativo

⁵³ Mario David Andreazza foi ministro dos Transportes nos governos Costa e Silva e Médici, tendo sido responsável por obras como a Ponte Rio-Niterói. No governo de João Figueiredo, foi ministro do Interior e responsável pelo programa habitacional Promorar.

– a área demarcada é de aproximadamente 97.000 m², resultante de cálculos feitos segundo os índices usados pelo Programa Promorar). Seria então feita a troca com a Emaq do terreno onde hoje encontra-se a favela por aquele já aterrado pela empresa. Esta última ganharia com isso a proximidade da Avenida Brasil, para a venda de lotes industriais. Os moradores, por sua vez, não ficariam, dessa forma, sujeitos a remanejamentos provisórios e recuperariam seu acesso ao mar. Os usos de solo ficariam setorizados e bem definidos: industrial (todo um bloco próximo à Avenida Brasil) e residencial (a favela urbanizada junto ao mar).⁵⁴

Esse documento que data de 1982 é resultado de um acúmulo da parceria com a Pastoral de Favelas e a Associação de Moradores, que garantiu esse empoderamento político. As primeiras ações conjuntas foram orientações de cunho jurídico e comunitário. Houve reuniões da Associação de Moradores que implicavam em dinâmica formativa para a população e explanação dos direitos dos favelados.

Mário Brum descreve que o núcleo orgânico da pastoral em seus primeiros anos pode ser entendido como um serviço de assistência jurídica, que funcionava de formas diferenciadas, através do serviço Preventivo e do serviço de Pronto-Socorro (BRUM, 2005). Esse tipo de serviço possibilitava a comunidade a se organizar para poder estar à frente aos casos de violações de direitos dos moradores. Como conta o Senhor Antônio:

“a gente fazia reunião e orientava a comunidade. Até mesmo em relação a exigir os seus direitos, porque se você tem conhecimento... porque tem gente que não exige os seus direitos com vergonha, com medo. Mas as pessoas conscientes tem que exigir os seus direitos. (...) Aqui era um trabalho social para orientar as pessoas a se organizar, saber e exigir os seus direitos” .⁵⁵

⁵⁴ Caderno 000195

⁵⁵ Antonio. Op. Cit.

Na Marcílio Dias as orientações eram para os moradores das palafitas e para os moradores da favela aterrada, que ficava próxima a fábrica Kelson's. É possível ver a preocupação também com a casa comum no depoimento do senhor Antônio. Segundo ele, a Pastoral “orientava mais as pessoas a evitar de jogar lixo nas ruas, por causa dos esgoto, pra não entupir.”⁵⁶

É importante perceber que “os movimentos sociais tiveram de construir suas identidades enquanto sujeitos políticos precisamente porque elas eram ignoradas nos cenários públicos instituídos. Por isso mesmo o tema da autonomia esteve tão presente em seus discursos. E por isso também a diversidade foi afirmada como manifestação de uma identidade singular e não como sinal de uma carência” (SADER, 1988, p.199)

A partir desse processo de empoderamento, os próprios moradores começaram a perceber o seu lugar de fala e passaram a agir em torno das suas reivindicações. Não mais com medo das autoridades, mas sim com protagonismo e confronto.

“A gente sentado numa reunião para discutir o conjunto de casas e como ia ser feito. Ai um Dr. lá disse: “não, tem que ser de 23m², porque o padrão de todas as comunidades é de 23m² “. Dai eu falei: não tem como uma família morar em um espaço de 23m². Esse “radier” tem que ser maior. Que é pra pessoa poder fazer uma casinha mais ou menos”. Ele: “não, mas é o padrão que não sei o que...”. Eu disse a ele: Olhe só, preste atenção! Se ninguém questionar, nunca vai mudar esse padrão. Mas, tem que mudar. Porque eu tenho certeza de que um banheiro na sua casa é maior do que um espaço desse que você tá oferecendo para uma família morar. Se lembre disso quando o senhor entrar no seu banheiro.”⁵⁷

As demandas exigidas pela Associação de Moradores só foi atendida

⁵⁶ Antonio. Op. Cit.

⁵⁷ Antonio. Op. Cit.

quando o Projeto João de Barro foi fundado em 1984. Através dele a favela Marcílio Dias consolida sua luta.

2.3 – O Projeto João de Barro

Figura 8 – Capa das maquetes das construções das residências na Marcílio Dias



Fonte: Caderno 000195 – Centro Comunitário Marcílio Dias

As reuniões com os técnicos do GT Operacional do Projeto Rio fomentaram inúmeros debates sobre as formas de construção das moradias. Porém, somente a partir de um programa de autoconstrução os moradores da favela Marcílio Dias tiveram a possibilidade de construir suas casas.

Os mutirões coletivos agregados ao projeto eram medidas extremas devido à escassez de recursos apresentados pelo governo, com o intuito de reduzir os custos com os programas habitacionais. Além disso, era garantida a participação popular, na tentativa de sanar o descrédito que os favelados davam às iniciativas institucionais.

Embora o projeto estivesse em nível avançado de implementação, os moradores da Marcílio Dias ainda viviam à sombra da remoção, pelo fato de estarem sujeitos à coerção da Emaq. Para os moradores, a única saída era

contribuir com o projeto. A experiência da coletividade já tinha sido feita em diversos momentos da favela. Até por que o fantasma da remoção ainda estava presente.

Senhor Antônio resgata em seu depoimento, como o medo e o protagonismo faziam da experiência coletiva algo inusitado:

“Fiz uma reunião com o pessoal aqui da Emac, chamamos eles pra conversar, mas eles não queriam acordo de jeito nenhum (...) ai agente começou a conversar com os advogados da diocese e fomos se organizando.

Fomos nesse escritório que eles tem lá na Ilha. Ai a gente conversando com eles, ai ele disse assim: “olha só, vocês dois, tão preocupados com isso, eu vou fazer uma oferta a vocês que nunca mais vocês vão precisar ficar pedindo nada pra ninguém, que vocês vão ter uma vida digna, cheia de dinheiro e não sei o quê...” ai eu disse: “mas, olha só, a gente não tá aqui pedindo nada pra nós não, a gente tá aqui em nome daquela comunidade, o que eu vou dizer pra aquela comunidade se chegar daqui há 2 ou 3 meses eu saio da comunidade e deixo as pessoas naquela situação ?” A gente não tá pedindo nada pra nós. A gente tá no nome daquela comunidade, daquelas famílias que vivem numa situação de miséria. Então, o que a gente quer é só uma moradia digna para aquelas famílias. E pra nós também”⁵⁸.

As ambíguas relações do poder público com a favela, em relação às políticas urbanas, que tanto toleravam a favela, quanto reforçavam a ilegalidade e a marginalização desses espaços, tornaram possível o surgimento pujante de um grupo social que traz sobre si características peculiares e inovadoras.

Observa-se que, através dos mutirões organizados pelo Projeto João de Barro, as narrativas dos moradores sempre ecoaram em torno das

⁵⁸ Antonio. Op. Cit.

experiências coletivas. As várias formas de associativismo impactaram as mudanças substantivas dos programas executados e no atendimento da demandas locais.

A experiência do João de Barro gerou debates sobre as especificidades referentes às necessidades básicas como habitação, transporte, saneamento, meio ambiente, dentre outras. As reivindicações para a urbanização da favela eram muitas, essas demandas eram concomitantes à política pública implementada, possibilitando comprovar que havia concordância no objetivo do projeto e na aceitação da comunidade.

“Sair da palafita... Oh meu DEUS, eu não gosto nem de me lembrar. Muito ruim você morar numa situação dessas. Ter que carregar água no “rola” é muito complicado. Como a minha esposa falou que um dia até caiu pra pegar água pra gente, porque eu trabalhava a noite. As talbas quebradas, as pessoas caíam. Aquilo arrebatava, o cara caía.”⁵⁹

⁵⁹ Antonio. Op. Cit.

Conclusão

Iniciamos essa conclusão com o seguinte pensamento:

“As classes populares se organizam numa extrema variedade de planos, segundo o lugar de trabalho ou de moradia, segundo algum problema específico que os motiva ou segundo algum princípio comunitário que as agrega.” (SADER, 1988, p. 313)

Os depoimentos analisados, principal fonte documental dessa monografia, nos permite compreender o porquê da organização desses moradores. Primeiro porque revelam fragmentos de uma história e deixam perceber como eram construídas as lutas e resistências dos moradores da Favela Marcílio Dias. Segundo porque tivemos a oportunidade de analisar algumas imagens que retratam suas memórias, seus barracos, suas experiências, algo de suas reações frente às remoções, a presença da Igreja, a coerção dos poderes públicos, a organização da associação de moradores.

Vimos que o acesso à água era uma dificuldade enorme, a luz não chegava, as condições insalubres de habitação e o esgoto a céu aberto eram riscos para a população. Partindo do pressuposto de que a população moradora das favelas não desfrutava de nenhuma condição para o exercício da cidadania, percebemos que foi através do empoderamento político que esses indivíduos conquistaram seus direitos.

A luta, a militância ou o associativismo das favelas é um objeto riquíssimo sobre o qual procuramos elucidar alguns dos seus aspectos. As narrativas apresentadas pelos depoimentos dos moradores nos permitiram viajar no tempo e a reconhecer a importância de suas ações.

“Olha só, eu acredito, o pessoal... até algumas pessoas da comunidade, chamavam a gente de maluco porque quase todo dia a gente saía com uma pastinha na mão pra ir resolver os problemas. “Tu vai ficar maluco rapaz, com essa pasta pra lá e

pra cá” e respondia: “pode deixar, um dia você vai achar que eu não vou ficar mais maluco”. E foi assim, com essa luta mesmo. A gente não desistia de jeito nenhum. Até mesmo quando a gente ia pro estaleiro Emaq, diziam: “você não vai conseguir nada lá”, eu dizia: “Pensa positivo e não negativo”. Entendeu ? É um trabalho difícil, mas foi bom. Eu tô muito feliz por ter conseguido dar minha parcela de contribuição para que tudo isso acontecesse.”⁶⁰

Esse trecho mostra que, tendo a auto-organização como ponto de partida, pode-se, então, considerar a favela Marcílio Dias como um lugar de memória e da trajetória biográfica de seus moradores. Assim, entendê-la dentro de uma perspectiva histórica das favelas cariocas e das políticas públicas em relação à população favelada nas décadas de 1940 a 1980 é colocá-la como protagonista da sua história.

⁶⁰ Antonio. Op. Cit.

Fontes e Bibliografias

Documentos:

BRASIL. Resolução nº 05/84, 24 de abril de 1984. Cria o Programa Nacional de Autoconstrução – PROJETO JOÃO DE BARRO e estabelece diretrizes gerais para sua execução, v.1, 2 p. Disponível em: <www.prognum.com.br/legislacao/leis/BNH-RC-05-84.htm> acesso em : 20 de jun.2016.

CADERNO 000195: *Centro Comunitário Marcílio Dias*. Disponível em: Associação de moradores Marcílio Dias, Rio de Janeiro, 1982.

SAGMACS (Sociedade de Análise Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais), “*Aspectos humanos Favela Carioca*”, p.38.

Periódicos:

Jornal União da Maré

O Globo (*acervo online*)

Revista Forense

Sítios Eletrônicos:

www.acervo.oglobo.globo.com

www.flickr.com

www.kelsons.com.br

www.mar.mil.br/ciaga/

www.portalgeo.rio.rj.gov.br

www.vozdascomunidades.com.br

www1.mar.mil.br

Depoimentos:

Antônio de Oliveira (paraibano, comerciante e morador da Marcílio Dias desde 1965.)

Maria da Bengala (migrante nordestina de Campina Grande- PB oradora da Marcílio Dias desde 1952)

Normanda – (ex-moradora da Rubens Vaz, aposentada, moradora da Marcílio Dias desde 1973.)

Pe. Luís Antônio –(Pároco da paróquia Santa Rosa de Lima, assessor arquiocesano da Pastoral de Favelas, morador do Jardim América.)

Ramira (migrante nordestina de Guarabira-PB, comerciante, moradora da Marcílio Dias desde 1957)

Severino Pereira de Araújo – Seu Dadá (removido da favela Maria Angu, profissão, frequentador da Marcílio Dias entre 1958-1967, posteriormente mudando-se em 1967.)

Referências bibliográficas:

BRUM, Mário, *Cidade Alta: História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. 334 p.

_____. *A pastoral de favelas e o movimento comunitário de favelas cariocas na redemocratização, Niterói /RJ*; Cantareira: Revista Eletrônica de História, volume 2, número 3, dez.2005.

BURGOS, Marcelo Baumann. “Dos parques proletários ao Favela-Bairro. As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. In: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (org.). *Um século de favelas*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p25-60.

DA SILVA, Claudia Rose Ribeiro. *Maré: A invenção de um bairro*. 2006. 239 f. Dissertação (Mestrado em História Política e Bens Culturais) - Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, São Paulo, 2006.

DE MELO, Marcus André B.C., *Políticas públicas e habitação popular: continuidade e ruptura, 1979-1988*, Salvador, Revista de Urbanismo e Arquitetura, v.2,n.1, 1989.

FREIRE, Leticia de Luna, GONÇALVES, Rafael Soares, SIMÕES, Soraya Silveira, *Uma Cruzada do século XX: Iniciativas católicas no campo das políticas habitacionais na França e no Brasil*.- Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia, n. 29, Niterói/RJ, 2010.

FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi (orgs.). Capítulos da memória do urbanismo carioca. Rio de Janeiro, Folha Seca, 2002.

GONÇALVES, Rafael Soares, AMOROSO, Mauro, *Golpe Militar e remoções das favelas cariocas: revisitando um passado ainda atual*, Rio de Janeiro, Acervo: Revista do Arquivo Nacional, v.27, n.1, 2014.

GONÇALVES, Rafael Soares, *Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito*. Rio

de Janeiro: PUC-Rio,2013. 407 p.

_____. *A política, o direito e as favelas do Rio de Janeiro: um breve olhar histórico*, Campinas/SP, URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos Sobre a Cidade, v.1,n.1,2006.

NÓBREGA, Edson Diniz, BELFORT, Marcelo C. e S.; RIBEIRO, Paula, *Memoria e Identidade dos Moradores de Nova Holanda*. Rio de Janeiro: Redes da Maré,2012. 167 p.

_____. *Memória e identidade dos moradores do Morro do Timbau e Parque Proletário da Maré*.Rio de Janeiro: Redes da Maré,2013. 189 p.

POGGIESE, Héctor Atílio,Congresso da Sociedade Interamericana de Planejamento – SIAP,XIII, Caracas/Venezuela, 1980.*Projeto Rio: Análise de uma experiência de planejamento participativo*.São Gabriel-RS: EBAP,1980.

SADER, Éder, *Quando novos personagens entraram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 329 p.

VALLADARES, Lícia. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.